

PAINEL II

**FATORES DETERMINANTES DO FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA
PRODUTIVA DO SEMI-ÁRIDO E OS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA
DO NORDESTE**

COORDENAÇÃO DA MESA

Presidente:

Roberto Cavalcanti – Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE

Expositores:

Hypérides Macedo – Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará

Silvana Maria Parente Neiva – Chefe do Gabinete da Presidência do

Banco do Nordeste

Stahis Panagides – Vice-Presidente da Fundação Esquel-Brasil.

Roberto Cavalcanti

Senhoras e senhores, boa tarde. Ao agradecer aos organizadores deste fórum a gentileza de me convidarem para presidir este painel, dou início aos trabalhos, sem mais delongas, passando a palavra ao secretário Hypérides Macedo.

Hypérides Macedo

Inicialmente, agradeço o convite do Banco do Nordeste para participar deste fórum, cumprimento a mesa e, por conta do tempo, vou direto ao assunto, para não prejudicar o painel que vem a seguir.

O tema que foi levantado, e que será objeto dessa discussão, trata, exatamente, dos fatores que determinam a questão produtiva do semi-árido. O fator principal – talvez um dos mais importantes, se não o principal – é a questão hídrica, o problema da semi-aridez do Nordeste, – que é um fator fundamental e é determinante na questão da produção agrícola, nas atividades industriais, na produção hidroagrícola também, no saneamento, na vida da cidade, na vida do povo em geral.

Havia um diagnóstico histórico de que na Região chovia pouco; e os rios não eram permanentes porque chovia pouco no semi-árido do Nordeste. Esse diagnóstico tem que ser corrigido, porque para se fazer uma política de desenvolvimento, sobretudo no setor dos recursos hídricos, há que se ter um diagnóstico correto, menos equivocado da questão. Então, nós temos três parâmetros fundamentais que determinam esse diagnóstico: o caráter semi-árido, o caráter tropical, quase equatorial, e o aspecto cristalino.

O Nordeste semi-árido – eu tomo o Ceará como exemplo, mas me refiro ao semi-árido do Nordeste, pois o que vale para o Ceará vale para o semi-árido – é uma das regiões em que chove, até certo ponto, bem. Somente em 25% das regiões do mundo chove mais de 1000mm. Em toda a orla do litoral do Ceará chove 1500mm. Na Ibiapaba chove quase 2000mm. No Caiari chove 950mm. Então, não é uma região de pouca chuva.

Os rios do Ceará e de outras regiões do Nordeste – Sertão pernambucano, Paraíba e Rio Grande do Norte – não são permanentes não é por conta da chuva, não. Regiões em que chove muito menos têm rios permanentes. Os rios do Ceará não são permanentes porque o embasamento rochoso cristalino da sua geologia não permite. É como se fosse uma sala cimentada; tudo o que chove sai pela porta; nada fica dentro do chão. Nas regiões em que os rios são permanentes, o solo é esponjoso, a chuva é guardada dentro do chão. Durante o período em que não chove, a água sai das partes mais altas para as partes mais baixas – no caso, os rios – e os rios recebem alimentação subterrânea, o que não existe no Ceará. Então, é por isso que o Ceará não tem rios permanentes.

Por conta deste diagnóstico equivocado, se fez muita política desastrosa, também, em matéria de emergência de seca, aqui no Nordeste. Por conta dessa visão de que os rios não são permanentes porque chovia pouco, é que se fez uma política que não confluía para os verdadeiros objetivos da política hídrica do semi-árido do Nordeste.

Então, por que é que se pensa assim? Vejamos a primeira característica do Nordeste: o caráter semi-árido. O que caracteriza o semi-árido? Uma região irregular, com chuvas esparsas, temporal e espacialmente irregular; um clima que até certo ponto não é bom para a agricultura porque tem um déficit hídrico razoável – porque, como eu disse, o problema é mais o déficit hídrico, não é o problema da chuva; tendo o déficit hídrico, não tem uma agricultura produtiva, não tem produtividade na agricultura; há esse caráter sobretudo irregular da chuva do semi-árido do Nordeste; e o que chove também se perde muito por evaporação, pois a taxa de evaporação é muito elevada. Isso torna a nossa região com essa característica que nós chamamos de semi-árida.

Mas nem todas as regiões semi-áridas do mundo têm essas características que tem o semi-árido do Nordeste. Ele é único. Ele talvez seja a única região semi-árida do mundo que é cristalina, de formação geológica rasa, e que tem ao mesmo tempo alta taxa de evaporação, pois é quase tropical, quase equatorial. Essa é que é a diferença do nosso semi-árido: a elevada taxa de evaporação, por esse caráter tropical, quase equatorial. Numa região quase equatorial, a taxa de evaporação é muito elevada: ela é três vezes a média de chuva. Sendo assim, não se deve fazer açudes indiscriminadamente. Então, todas essas políticas de

açudagem indiscriminada das frentes de serviços, essas receitas que se fizeram no passado, são equivocadas.

Imagine que o açude é um copo fundo que guarda o que chove numa bacia. Se o que evapora é 2.000 a 2.500mm e o que chove é só 750mm, se a água ficasse na bacia o Nordeste era um deserto. A equação aritmética da sobrevivência é o açude, que transforma essa equação aritmética num fator de rendimento positivo; quer dizer, consegue guardar num copo a água que chove numa bacia.

Agora, como a evaporação é proporcional à área e não ao volume, a área do copo sendo pequena consegue guardar o volume que chove de 750mm e não deixar que os 2.000mm ou 2.500 mm de evaporação carreguem toda a água nele contida. Mas se eu faço açudes demais, é como se eu estivesse derramando a água do copo novamente na bacia.

Então, qualquer política de financiamento que permita fazer uma quantidade indiscriminada de açude nas fazendas estará contribuindo para que toda a água do Nordeste vá embora. É preciso ter muito cuidado nessa questão: todos os açudes devem ser feitos de lagos profundos, em locais adequados, onde o rendimento seja acima de 50%. Por sinal, a maior parte dos açudes construídos no semi-árido – já fiz um estudo com o Ceará –, cerca de 75% ou 80% têm rendimento negativo. É por isso que nessa época de seca estão todos no fundo do porão; porque têm rendimento negativo; porque o copo não está compatível com a bacia. Tem que haver uma compatibilidade do copo com a bacia. Isso é uma das características do chamado caráter trópico equatorial do semi-árido.

A terceira e mais importante característica do semi-árido é a chamada camada base geológica cristalina. Mostro o exemplo do Ceará, que é o mais característico, mas a maior parte do semi-árido tem esse caráter. Se observarmos o mapa do Estado, quase toda sua área é cristalino, é rocha, é cimento, nada infiltra. Nessa região, os rios não podem ser permanentes porque é como uma sala cimentada. As regiões sedimentares são apenas a borda das fronteiras do Ceará; tanto que o Thomaz Pompeu de Souza Brasil dizia que no Cariri os rios eram perenes até 1918 e o rio Salgado era permanente até a cidade do Icó. Exatamente porque o Cariri é sedimentar. A água é guardada dentro da Chapada do Araripe, que funciona como uma esponja sedimentar, calcária.

Por isso, a questão não é que chove pouco no Ceará; é que não tem solos sedimentares no Ceará. Esse é o caráter cristalino. O que é que caracteriza uma região cristalina? Toda a região cristalina é uma colcha de retalhos, é um mosaico multidiverso. É uma região heterogênea. Não é a terra roxa de Ribeirão Preto, não é o norte do Paraná. Quando se faz estrada em Ribeirão Preto, se abre uma fronteira agrícola. Quando se faz uma estrada no Ceará, não se abre fronteira agrícola porque as estradas são nas linhas de cumeadas, portanto não levam produção a lugar nenhum porque naturalmente passam pelas regiões mais pobres, mais cristalinas do Estado.

As políticas setoriais não valem de forma indiscriminada. Nem a política de estradas, nem a política de energia, nem a política de açudagem, nem a política de irrigação. Todas as políticas devem ser baseadas no chamado critério da base física sustentada. Então, no Ceará, era muito comum no passado se colocar água onde não tem solo, energia onde não tem água, estrada onde não tem produção. É preciso confluir a integração das políticas numa região heterogênea como a nossa, para se fazer uma política de desenvolvimento correta.

Tanto que regiões ricas no Ceará estão se desenvolvendo agora, depois que veio a política de planejamento; depois que começou o planejamento, é que o Apodi está se desenvolvendo. Passou 50 anos abandonado. Ninguém sequer sabia que o Apodi era uma base física sustentável. Ninguém sabia que Jaguaruana era uma base física sustentável. Mauriti, Brejo Santo, o chamado Cariri oriental, pouca gente sabia que era uma das regiões mais ricas do Ceará, tem um lençol freático a 100m, C1S1, alta qualidade. Nem todo país do mundo tem isso. E tem um solo de primeira qualidade, em cima de um freático de grande qualidade em matéria de potabilidade e tudo, mas vem se desenvolver agora. Não tem estrada, não tem energia, porque a política de infra-estrutura se baseava na clientela política e não havia política de planejamento para se estabelecer onde são os pólos de desenvolvimento deste Estado.

Então, uma região heterogênea como essa, cristalina, como é o semi-árido do Nordeste, não pode ter políticas gerais. Por exemplo, um programa de financiamento para vilas rurais, como aquele do Paraná, só funciona aqui no Baixo Jaguaribe, nas várzeas de Iguatu, na planície de Icó e no Platô da Serra Azul. Se fizer em outro canto, não funciona. Uma política de poços para

desenvolvimento de pequeno abastecimento também requer que as áreas sejam selecionadas.

Outro ponto que chama a atenção é que são verticais os instrumentos do governo, são políticas muito setorializadas nos diferentes órgãos: são políticas de estradas, políticas de energia. Ou essas políticas se integram no semi-árido, ou o resultado é menor do que o esperado. Isso é um caráter fundamental da política de desenvolvimento do semi-árido, por conta dessa geologia cristalina que torna a base física heterogênea.

Quais são os resultados, então? Que política se deve fazer no âmbito hídrico, dentro desse diagnóstico baseado nessas três características? A primeira política, a mais antiga delas, é a perenização dos rios. Evitar que as águas fiquem paradas nos açudes. Abrir todas as torneiras. A água quando está nos açudes perde 30% por evaporação. Quando ela está no rio só perde 5%. Então, se pudéssemos transformar todos os açudes do Ceará em canais ou em adutoras, não se perderia muita água no Estado. O rendimento seria muito mais alto. Então, é movimentar a água no território. Quanto mais água movimentada no território, menos se perde por evaporação. Mais sinergia se tem no volume d'água armazenado.

A outra política é a transferência de água, que significa transferir água dos pontos da fonte para as regiões sustentadas, fazendo a integração dos recursos hídricos com o solo. Então, as políticas corretas são as políticas das transferências d'água. Não é armazenamento indiscriminado; é armazenar nos locais adequados e transferir a água para locais sustentados. Essa é a forma correta.

Outra política, também, são as adutoras, que transferem água das fontes e vão abastecendo os pontos de consumo, através de tubulação de aço ou plástico, com perda zero. As adutoras têm uma vantagem: se no açude se perde 30%, a água dentro das adutoras perde zero. Então, é muito melhor entubar todas as águas do Ceará. Tem esse programa de 1.000km de adutoras, esse grande programa do Rio Grande do Norte, esse programa de Pernambuco. Quanto mais adutoras, quanto mais transferência se faz, mais eficiência. Esse é um programa novo. Ninguém fazia adutora no passado, mas agora a solução definitiva é esta.

Temos um programa para a região turística também. Guardar água no sertão, num reservatório pulmão, e encher o sistema lacustre de dunas. O Nordeste tem uma costa muito extensa de lagoas de dunas, cuja contribuição no inverno transborda as dunas e vai toda para o mar. Há uma forma de controlar. Não é fazer obras nas dunas, porque prejudica o meio ambiente; mas é fazer açudes pulmões, reservatórios pulmões que possam manter o sistema de dunas permanente. Esse é um programa muito importante para a região turística. É uma forma de o recurso hídrico contribuir para o desenvolvimento turístico. É manter as lagoas todas cheias para o lazer, para o abastecimento dos hotéis, das regiões de esporte, de forma que em todo o ano você tenha a lagoa permanente, através desse sistema de transferência d'água do sertão para o litoral, porque toda lagoa tem uma contribuição do sertão. Já estamos utilizando esse sistema em quatro projetos aqui no Estado.

Outro projeto fundamental é a integração das bacias, porque uma vez que o inverno é irregular no tempo e no espaço, só há uma maneira de regularizar esse problema: é no chão; na atmosfera ninguém consegue, então tem que ser no chão. É procurar os canais de integração, ligando uma bacia com a outra, de modo reversível, para que uma possa suprir o déficit da outra. É o que se está fazendo com Fortaleza, hoje. Não está faltando água em Fortaleza porque o sistema está integrado. Pacajus está botando água no Pacoti, o Pacoti está botando água no Gavião.

Finalmente, para encerrar: o que fazer com o resto do sertão? Só se falou em base física sustentada, solo de boa qualidade, porque o solo é o gerente da natureza. E o que fazer com a região cristalina, litólica, erodida, desertificada? Temos aqui fotos que mostram alguns exemplos. Primeiro, o exemplo de uma região desertificada no sertão de Canindé. Não tem mata ciliar, portanto não tem água; o desmatamento provocou a erosão, a rocha apareceu no leito do rio. Na outra foto, outro exemplo também aqui no Ceará, de uma região que tem mata ciliar. Vemos que quando tem mata ciliar, tem água; não tem deserto. Quer dizer, o que falta também é conservar a natureza no Nordeste. Então, é preciso ter um forte programa de conservação da natureza. Todas as políticas contra as secas deveriam ser de conservação da natureza; temos que recompor a nossa natureza.

Nessa outra foto, vemos como estão os riachos do semi-árido do alto sertão, nesta seca: a rocha já apareceu, a água já está tirando os sais da rocha.

Assim, a água vai ficando salgada, os açudes vão ficando salinos e a qualidade vai piorando, porque a água já está lavando a rocha. Se a água lavasse os solos e os vegetais, ela era doce, mas já está deslocando os sais da rocha. Então o que é que se faz? Recompõe-se o solo. Não se deve mais criar água em barreiros espalhados pelo semi-árido. Deve-se criar solo, para que a água fique depois dentro do solo e nasça a flora vegetal.

Vejamos o exemplo de um programa que o Ceará começou a fazer e algumas regiões do Nordeste estão fazendo agora nesta seca. A única coisa que se tem que fazer é juntar pedra, que é o que não falta no Nordeste, colocar a pedra no lugar certo e ir juntando-as em forma de arco, como se fossem arcos romanos inversos. Quando vem água, vai criando uma camada de solo em cima da outra. Depois, a água vem e fica dentro do solo e a umidade vai ficando no terreno, que tinha desaparecido. E depois nasce a vegetação.

Ou seja, faz-se o processo inverso. Primeiro o homem tirou a vegetação, depois a água veio e carregou o solo, deixou só a rocha. Agora, juntamos as pedras, colocamos no lugar certo, isso vai juntar o solo novamente, para nascer de novo a vegetação. Quando a próxima água vier, já não passa pela rocha, passa pelo solo; já fica mais doce e vai melhorando a natureza do sertão semi-árido.

Nesse caso, vou dar o exemplo de uma região no sertão da Paraíba. Numa região totalmente erodida, semi-árida, foram feitos esses arcos; depois, vejam como ela ficou: nasceu o verde, nasceu o alimento em cima do solo, porque aquela cortina de pedra retém, cria solo. Outro exemplo, em Afogados de Ingazeira, em Pernambuco, mostra como ficam as regiões quando elas são recompostas. Depois que nasce o solo, nasce a pastagem e desenvolve-se a pecuária sem precisar de irrigação, porque a água está dentro do chão. A irrigação aí é subterrânea. Então, à medida que se faz isso, se recompõe a natureza.

Para encerrar: na verdade, a política hídrica tem que ser feita em cima de um diagnóstico correto, confluindo em cima desse diagnóstico para soluções inspiradas no próprio diagnóstico; quer dizer, nesta visão nova que nós temos hoje do semi-árido do Nordeste. E precisamos trabalhar políticas corretas, menos equivocadas, de modo que o semi-árido possa voltar a ter uma natureza mais fluente, a ter uma natureza com mais vegetal, com mais solo e com umidade permanente; não nos açudes, mas no solo. Muito obrigado.

Roberto Cavalcanti

Obrigado secretário Hypérides Macedo. Com a palavra, Silvana Maria Parente Neiva, do Banco do Nordeste.

Silvana Parente

Depois da explanação do secretário sobre a base física do semi-árido, vou procurar discorrer com um foco um pouco diferente; um foco mais na economia, nos novos fatores que estão tentando influenciar a questão da estruturação do semi-árido e, sobretudo, da integração social.

Não vou discorrer sobre base física, pois acho que ela já está bastante estudada. Temos especialistas, temos o trabalho excelente da área de recursos hídricos e da gestão da água, sobretudo, que o secretário não falou aí, do gerenciamento da água, todo esse projeto inovador, tecnologias da EMBRAPA, a ação diferenciada do Banco, política de irrigação. Não vou me deter nesse assunto, porque eu queria fazer algumas reflexões que acho importantes nesse momento, em que a economia está mudando, estamos num mundo globalizado, e que novos fatores estão influenciando esse debate sobre a questão da sustentabilidade do semi-árido.

A primeira reflexão que eu queria fazer é exatamente essa: o condicionante físico, que temos que resolver, ainda, não é hoje o mais importante. Ele é a base, ele é essencial, mas outros fatores passaram a influenciar esse debate, a partir da própria abertura da economia, como a exigência de competitividade, a reforma do Estado, a crise e todo o processo de mudança que o mundo está passando, que nos lança a questão: como é que fica isso numa região semi-árida, que sequer tinha conseguido integrar a sua própria base física de sustentabilidade, quanto mais a base econômica e social?

Então, a primeira constatação que eu queria fazer é que, do mesmo jeito que ocorre com a base física, esse processo de reestruturação econômica por que estamos passando não tem uma resposta homogênea; ele tem uma espécie de antagonismo, ou seja, alguns fatores positivos e outros negativos influenciam essa nova análise do semi-árido. Se nós temos, por um lado, as empresas pressionando

os produtores a se modernizarem: reduzir custos, aumentar a produtividade, ainda com problemas de base física; por outro lado temos todo um conjunto de produtores que não têm conseguido se incluir e emergir nesse novo cenário, e a seca está aí para mostrar isso e nos deixar atônitos ao ver, em pleno século XXI, milhares e milhares de pessoas dependendo dessa situação.

Só que essa relação de dependência não é mais só física, não é só pela questão da água, da energia; ela é muito mais ampla, em função das exigências de competitividade e da inserção sócio-econômica a que o semi-árido está mais pressionado e mais submetido. Se o problema sempre existiu e nunca foi resolvido, agora o problema é maior. Esse era o primeiro ponto que eu queria falar.

Por outro lado, também têm acontecido algumas oportunidades. Porque se as empresas, se os produtores, de certa forma, são forçados a uma modernização, porque têm que sobreviver, têm que mudar seus processos de produção, têm que buscar novos métodos, novas tecnologias de gestão e de integração, existe uma pressão para enfrentar também a questão ambiental e a questão física; e isso é bom porque entra na necessidade de se ter o equilíbrio ambiental.

O outro ponto que eu queria falar e refletir aqui com vocês é a questão do Estado. Onde é que fica o Estado, nisso? Qual o papel do Estado nesse novo cenário que está aí, no qual a questão do semi-árido não é mais só de base física? O Estado está passando por uma transição, está se reestruturando de uma maneira geral. Mas o Estado *vis-à-vis* essa problemática da semi-aridez? O que sabemos é que as políticas só de infra-estrutura, as políticas só de base física, também não foram capazes nem são, ainda, de resolver essa questão.

A própria preocupação do equilíbrio macroeconômico, que deve ter sido discutida aqui esses dias – todo o ajuste fiscal, ajuste monetário e a luta pela estabilidade –, teve um lado positivo: surgiram novas oportunidades de trabalho, as camadas da população de baixa renda emergiram nos circuitos de consumo, novos circuitos de geração de emprego têm surgido no interior do semi-árido. Mas, por outro lado, ainda não se tem as condições necessárias para essa integração ser sustentável. É uma dúvida. As coisas estão acontecendo, pequenas empresas entrando, negócios não agrícolas; existe um lado bom, com a

estabilidade. Mas por outro lado, no seu ajuste, as empresas também foram forçadas a desempregar, a usar novas tecnologias e gerar exclusão.

Então, há esses dois movimentos e eu queria também refletir sobre isso: será que nós estamos preparados para aproveitar as oportunidades vindas da estabilidade, dentro desse cenário do próprio semi-árido? Alguns movimentos têm acontecido e, embora não tenhamos ainda estudos mais científicos, temos algumas evidências deles. No Banco do Nordeste, a demanda do crédito se diversificou e se multiplicou; são milhares e milhares de pequenos empreendedores que estão nascendo e tentando reconverter sua produção, tentando produzir outras atividades menos dependentes do clima, e isso requer um novo ajuste e um novo pensamento de políticas públicas, que não são mais aquelas de fazer a infra-estrutura. É capacitação, gestão, ênfase no capital humano, toda uma discussão em cima do local também – eu soube que hoje de manhã isso foi discutido – e eu também gostaria de fazer essa reflexão. É que a desarticulação das políticas públicas não se dá somente nessa base física, como o secretário Hypérides falou. A desarticulação se dá nos níveis econômico e social também.

Ou seja, temos uma série de programas do governo federal – Programa Nacional de Fruticultura, Programa de Agricultura Familiar, os programas de educação e saúde etc e tal – que são concebidos setorialmente e que não se integram com a base local. E a integração não pode se dar em Brasília, nem tampouco nos próprios governos estaduais. Quer dizer, quanto mais se desce para um nível local, esses problemas vão ser melhor manejados; as dimensões do desenvolvimento se cruzam do ponto de vista econômico, social e ambiental e os problemas são resolvidos.

Esse assunto é muito sério porque nos remete para uma mudança total da relação Estado-sociedade, que eu vou falar mais à frente. Mas antes, eu queria fazer uma outra constatação: é a questão da sociedade se movimentando em torno disso. Nós não estamos mais num regime autoritário; estamos num momento em que a sociedade participa, discute, começa a reclamar, começa a não aceitar mais e começa também a ter uma postura proativa, não no sentido só de cobrar do Estado, mas no sentido de se auto-organizar.

Então, nesses últimos anos, nós verificamos um grande movimento da sociedade, com formação de comitês, até mesmo por sobrevivência, porque tem que resolver esses problemas. São comitês de desenvolvimento, tanto incentivados pelo próprio Estado – como no caso do Banco do Nordeste, que tem feito toda uma ação diferenciada, com os agentes de desenvolvimento, os comitês do PROGER –, como também pelas ONGs. Esse movimento existe, é uma realidade, e isso é um fator positivo na construção desse novo caminho para o semi-árido. Ou seja, a própria sociedade – mesmo o governo estando se rearrumando, sem saber qual é o seu papel com relação a isso – está procurando caminhos, está ocupando esse espaço e as organizações sociais também estão ocupando esse espaço.

A última conclusão é a seguinte: isso tudo nos remete a que esses problemas – que não são só de base física, trata-se de um problema mais complexo, agora mais agravado ainda por essa exigência de abertura da economia, estabilidade e a própria reestruturação da economia mundial e nacional – só vão ser resolvidos se pensarmos em relação à base local; não temos nenhuma dúvida. Algumas experiências de sucesso já têm acontecido, temos discutido bastante isso, já faz três anos mais ou menos que se vem experimentando algumas coisas desse tipo; e as experiências são bem sucedidas, mas estão desconectadas das políticas federais.

Como fazer esse encontro e construir, realmente, uma concertação de objetivos? Quais são esses objetivos nas várias dimensões do desenvolvimento sustentado, mas objetivos onde se tenha um envolvimento do Estado, da sociedade e do mercado? Quer dizer, a visão do mercado tem que estar muito presente, porque ele é que puxa tudo, e o Estado e a sociedade se organizando em torno desse mercado, buscando as vantagens competitivas, buscando sobretudo a informação e o conhecimento para fazer essas transformações no semi-árido; porque a tecnologia mais apropriada vem do conhecimento e o conhecimento tem que estar na base local, porque tem que ter a gestão do mercado, porque tem que saber qual é o nicho competitivo para vender ou comprar. Ou seja, toda essa concertação aí que se dá com esses três elementos – Estado, mercado e sociedade – acontece a partir da base local e isso é difícil fazer acontecer porque essas coisas ocorrem, vamos dizer, dispersas.

Então, temos que pensar como política pública não mais a política de vamos fazer isso ou traçar tal programa, mas como apoiar, como política pública, para que essas coisas aconteçam e possam emergir, da base para cima. Eu acho que a chave de tudo está no capital humano, e isso aí nos remete para a conclusão final de que nunca investimos no capital humano do semi-árido. Como é que o pessoal vai saber tudo isso que o professor Hypérides sabe e resolver essas soluções? Como é que os outros secretários, como é que os outros formuladores de política ou que moram em Brasília vão saber encontrar essas soluções, se não tiver todo um investimento no capital humano, na formação de lideranças?

E a participação da sociedade é necessária em todos os níveis, não é só no local. É preciso haver sensibilização também no eixo federal, para haver o encontro também com as macropolíticas de infra-estrutura, estradas, os grandes eixos nacionais de desenvolvimento que estão sendo construídos agora pelo governo. E como é que fica esse debate? Como é que nos integramos com a base local?

Eu queria concluir dizendo que nós acreditamos – até pela experiência que o Banco tem passado nos últimos três anos, com a interiorização, a disseminação do crédito, os agentes de desenvolvimento, programas de capacitação, formação de comitês – que as soluções vêm do local mas elas têm que ser conectadas com os outros eixos de políticas.

E aí aparece uma coisa muito interessante, que é o chamado capital social. O capital físico, do mesmo jeito que o capital financeiro, é uma *commoditie*; se você for competente, você vai buscar o capital onde ele estiver, no mundo. O capital social faz parte da energia da própria sociedade, da população, e hoje ele é um fator de produção tão importante quanto o capital financeiro e a tecnologia; quer dizer, a energia social da comunidade é muito forte e não podemos desperdiçar isso. É a força da sociedade organizada, com maturidade, com responsabilidade, não com clientelismo, não com politicagem, não com ideologias ultrapassadas, no sentido de gerir conflitos, pois vai ter conflitos, sim, mas esses conflitos vão ser geridos também a partir desses atores de que eu falei.

Para concluir: nós acreditamos no enfoque do desenvolvimento local, que temos discutido muito na terminologia; nas teorias do desenvolvimento local (esse assunto foi falado aqui ontem e hoje), e local aqui entendido não somente

como base física, mas o local como entorno eco-sócio-territorial, onde se pode integrar toda essa base, a base física com a base econômica e com a gestão; e na integração com o mercado. Pode ser um município, pode ser uma microrregião, pode ser um pólo agroindustrial, pode ser uma mesorregião, desde que ela seja capaz de fazer essa integração do homem com a base física. E a partir daí, você responder à reestruturação econômica: quais são as atividades que você pode construir aproveitando suas vantagens competitivas? E como se integrar de forma articulada com o nacional e com o global? Então, há empresas já produzindo carnes de caprinos, exportando para o resto do mundo, produzindo mel de abelhas lá no Piauí etc. Quer dizer, buscando novos espaços; não somente através da irrigação e da agricultura, mas também de negócios não agrícolas: empresas de bases tecnológicas e outras atividades que façam essa integração.

Agora, isso tudo só é possível se houver investimento em capital humano; e capacitação, aqui, não é o treinamento, não é só a base educacional primária, universitária, em todos os níveis; é, principalmente, a capacitação dentro de um processo do aprender fazendo, na prática, que a experiência tem mostrado ser capaz de formar lideranças; e atrelado a um novo modelo de gerenciamento das políticas públicas. Então, hoje vemos a política de educação indo para um lado, a da saúde para o outro e não aproveitando essas sinergias para gerar oportunidades econômicas e puxar o eixo econômico da sustentabilidade, integrando com as outras políticas sociais.

Enfim, a mensagem que eu queria deixar para vocês era essa reflexão: hoje o fortalecimento da estrutura produtiva do semi-árido ainda tem os problemas de base física para resolver e as tecnologias estão aí; mas os grandes desafios são outros fatores que passam a ser mais determinantes até do que a base física, ainda não resolvida. E a construção desse novo caminho passa por uma relação Estado-sociedade-mercado, a partir do local, com ênfase no capital humano. Muito obrigado.

Roberto Cavalcanti

Muito obrigado Silvana. Dr. Panagides, da Fundação Esquel-Brasil

Stahis Panagides

Muito obrigado, Roberto. Congratulo-me com a Dra. Silvana. Eu só quero comentar que para fazer o que ela falou – o homem do semi-árido saber o que o Dr. Hypérides sabe – vai precisar de muito investimento; e todo o recurso do Banco do Nordeste não vai ser suficiente.

Peço permissão para ler meus comentários, pois a concepção foi em grego, depois escrita em inglês e depois em português. Se eu tentar lembrar tudo isso, vai dar confusão. Então, com sua permissão, eu gostaria de ler minhas observações.

Faz um ano que aqui, neste fórum, chamado, no ano passado, “*Globalização, Estabilidade e Desenvolvimento Nacional Equilibrado*”, tive a oportunidade de manifestar que a globalização iria constituir-se num fator positivo no processo de desenvolvimento do Nordeste. Para expressar esta visão, utilizei-me da incisiva análise do povo brasileiro por Darcy Ribeiro, e apelei para a nossa própria experiência histórica ocidental, dos seus primórdios gregos. É um prazer observar que o meu otimismo está constatado nas estatísticas recentemente divulgadas, onde o crescimento do Nordeste, nestes últimos anos, tem-se mantido acima da média brasileira.

Na base daquela visão, encontra-se a convicção de que o desenvolvimento econômico deve-se dar não somente a taxas favoráveis de produto, mas também de maneira equilibrada e sustentável, acompanhado pelo fortalecimento da sociedade civil. Adverti, naquela ocasião, que “sem a forte participação da sociedade civil nos processos de decisão e de fiscalização da implementação das políticas do Estado, a globalização e a abertura poderiam nos trazer a eficiência econômica, mas ficariam longe de propiciar a equidade ambiental, social e sustentabilidade política”.

Gostaria de, hoje, reafirmar aquela convicção e otimismo em relação ao futuro da região e da sua área mais vulnerável, a do semi-árido. Chegaria mesmo

a afirmar – espero, com sabedoria grega – que o Nordeste se encontra às vésperas de resolver, de uma vez por todas, seu problema de subdesenvolvimento e, como consequência, os problemas relacionados às secas. Tal afirmação não é sonho, mas apoia-se num conjunto de fatores favoráveis em marcha, entre eles a aparente irreversibilidade da política de estabilidade econômica do País e as consequências benéficas que o processo de globalização traz para o Nordeste. A estes fatores externos, somam-se notáveis planos e programas de desenvolvimento da Região, de alentadoras consequências para o seu futuro. São estas constatações que constituem a base do meu otimismo.

À primeira vista, estas considerações sobre os acontecimentos no plano global e regional podem aparecer como remotas aos problemas do semi-árido e das secas; entretanto, elas guardam uma estreita proximidade para a solução do problema do semi-árido, que só será superado no contexto de um desenvolvimento sustentável e equitativo. Por fim, as secas não acontecem somente no Nordeste. Países como os Estados Unidos, Austrália e muitos outros passam por secas e transtornos climáticos, mas sem sofrer os deslocamentos econômicos e sociais que se verificam aqui no Nordeste. E por que é assim? A resposta reside na maior vulnerabilidade do Nordeste aos fenômenos climáticos por causa do seu subdesenvolvimento.

Tendo como pano de fundo o compromisso do País com a estabilidade econômica e a abertura, gostaria de salientar dois programas atualmente em marcha, como exemplos de programas benéficos para o semi-árido e como sinais dos novos tempos. São eles os programas de desenvolvimento dos recursos hídricos e o programa de microfinanciamento, conhecido como Crediamigo.

Os programas para os recursos hídricos e o Crediamigo, assim como outros programas que se beneficiam do envolvimento da sociedade, apontam para a direção certa de desenvolvimento e de como melhor superar os problemas herdados da história e causados pela natureza.

O Nordeste está partindo para um dos maiores e mais inovadores programas de desenvolvimento de sua história – a gestão e aproveitamento do seu recurso mais escasso e valioso: a água. Programas como o Prouarb, Progerirh, Proáguas, Proasis e outros estão introduzindo conceitos e mecanismos inovadores nas áreas de gestão de recursos hídricos e de recursos naturais em geral, que

muito contribuirão para um desenvolvimento sustentável da Região e, em especial, do semi-árido. Pela primeira vez, adotam-se mecanismos de gestão comunitária de recursos naturais, com ênfase na sua conservação e uso eficiente, e que aceitam até a cobrança de taxas de uso, algo que até pouco tempo atrás seria inadmissível, mas sendo prática essencial para o seu racional aproveitamento.

Assisti, recentemente, uma reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Limoeiro do Norte. O comitê aspira conseguir a participação dos usuários na gestão da bacia e do uso da água. Foi para mim uma experiência gratificante e alentadora poder presenciar o que aconteceu naquela reunião e constatar, de um lado, o papel catalisador do Estado e sua capacidade de lançar uma nova política de águas e, de outro lado, o amadurecimento da sociedade civil para tratar assuntos de vital importância para a sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento.

O que mais me impressionou foi a forma séria e civilizada que tomou a discussão sobre o uso e distribuição da água. Os técnicos apresentaram com objetividade as previsões de disponibilidade de água. Em seguida, a comunidade, bem informada, passou a deliberar sobre o que fazer, como distribuir e usar o recurso escasso. A mediação, a discussão e a negociação, apoiadas em informações técnicas precisas e no respeito aos interesses e opiniões dos participantes, foram para mim uma lição e uma evidência do enorme potencial que existe na sociedade ao nível local.

Um outro programa inovador, dentre muitos outros que estão sendo trazidos pelos novos ventos participativos e de otimismo para o futuro, é o programa Crediamigo, iniciativa do nosso anfitrião e aniversariante, Banco do Nordeste. Este programa promove o desenvolvimento microempresarial, facultando serviços financeiros para microempresários que, de outra forma, não têm acesso ao sistema financeiro formal. O programa encontra-se na fase de elaboração e teste, mas já dá mostras de sua importância e caráter inovador. Como exemplo deste último, da sua inovação, é a substituição da garantia real pela garantia solidária, um fato singular na política de crédito no país.

Não obstante o caráter inovador e participativo de tantos programas de desenvolvimento, não será a sua somatória, nem o peso específico do seu investimento total que levarão a uma estratégia de desenvolvimento para o

Nordeste e seu semi-árido, mas sim o fato de que tanto o desenho, como a execução destes programas se estão dando numa conjuntura macroeconômica favorável e num ambiente de políticas participativas.

No meio destas considerações e com base nos recentes acontecimentos e tendências, que justificam o meu otimismo, gostaria de assinalar duas preocupações, duas áreas de atuação que necessitam vigilância: a primeira preocupação tem a ver com a conservação dos recursos naturais e a segundo com o chamado problema agrário.

Aceitamos que os investimentos em marcha para o aproveitamento dos recursos hídricos, desenvolvimento turístico, agroindustrial e industrial devem prestar atenção à conservação dos recursos naturais, mas esta atenção deve ser redobrada no caso do semi-árido, devido à sua vulnerabilidade. A degradação do semi-árido constitui uma das ameaças mais sérias aos futuros projetos de desenvolvimento para a área.

A outra advertência aponta para o problema agrário – o da distribuição da terra. O maciço programa de investimento público, ora em curso, principalmente na área de recursos hídricos, trará um benefício desproporcional para aqueles que têm acesso à terra, a qual seria muito valorizada pela água e pela irrigação. O potencial de conflito entre o grande agricultor, o pequeno e o sem terra constitui, a meu ver, o desafio central da caminhada para o de-senvolvimento sustentável do Nordeste.

Ao mesmo tempo, creio que, com a atuação cada vez mais eficaz da sociedade civil e o fortalecimento do sistema democrático, poderemos superar estes desafios, através de políticas e programas que tirem proveito das oportunidades e possibilidades que o contexto global, as iniciativas regionais e a tecnologia nos oferecem. Por isso, programas como o de reforma agrária amiga do mercado, conhecido no Ceará como Reforma Agrária Solidária, e nos outros estados como Cédula da Terra, são de suma importância. Este programa merece especial atenção porque dispensa o instrumento complexo da desapropriação e cria um mecanismo descentralizado e participativo para melhor distribuição de terra.

Para terminar, gostaria de repetir minha conclusão no Fórum do ano passado, acedendo com Darcy Ribeiro que “precisa agora sê-lo no domínio da

tecnologia da futura civilização, para se fazer (o Brasil) uma potência econômica, de progresso auto-sustentado”, e assim, “florescer (o Brasil) amanhã como uma nova civilização...” Muito obrigado.

Roberto Cavalcanti

Muito obrigado, Panagides. Bem, nós dispomos de algum tempo para um período de perguntas que poderão ser dirigidas seja à mesa em conjunto, seja especificamente a cada um dos expositores. Solicito à pessoa que formular a pergunta que, por favor, se identifique.

Do auditório

Professor Osório Viana, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Eu tenho uma pequena pergunta a fazer ao Dr. Hypérides, para esclarecer algo que apareceu nos jornais recentemente. No domingo passado ou no anterior, o conhecido professor Caio Lóssio fez um artigo em que ele questionava o Castanhão, dizendo que, nos últimos dez anos, o Orós não sangrou, então não se pode esperar que a água do Orós vá para o Castanhão. Por conseguinte, a bacia do Castanhão se reduziria apenas à bacia do Salgado e seria então menor do que a do Orós e, frente a isso, a solução do Castanhão seria um equívoco. Gostaria de ouvir outros argumentos que eu sei que o Dr. Hypérides, com o conhecimento profundo que ele tem da questão dos recursos hídricos no Nordeste, pode nos dar.

Hypérides Macedo

Ontem, num debate de televisão, eu assisti a essa mesma preocupação, baseada na crença popular, porque o fazendeiro comum faz açude comum, sem galeria. Galeria é uma tubulação que se coloca no fundo da barragem, para fazer o gerenciamento da água; é uma espécie de torneira, que se pode abrir, no fundo da barragem. Como ele tem a idéia de açude sem galeria, ele acha que o açude só se renova quando sangra. Acontece que o Orós vem sangrando há muito tempo pela sua veia maior, que é a galeria. A melhor sangria de um açude é a galeria, não é o sangradouro. Açude que sangra pelo sangradouro é sinal de que é mal gerenciado. Os açudes bem gerenciados só sangram pelas galerias.

As galerias funcionam como os rins no corpo humano. Se fizer um estudo dos gradientes de sais e dos gradientes de matéria orgânica e sedimentos dos açudes, eles aumentam com a profundidade. Então, a melhor maneira de limpar um açude é pelos rins, é pela galeria. Açude que não utiliza a galeria é como uma pessoa que precisa de hemodiálise. A melhor maneira de fazer hemodiálise de um açude é pela galeria.

Então, o Orós vem sangrando há muito tempo, e como não tem o Castanhão, da bacia de 25.000 quilômetros quadrados que ele controla, ele vem tirando água a 17 metros cúbicos por segundo; vem tirando mais de 800 milhões por ano, exatamente para abastecer os projetos do Jaguaribe, Fortaleza etc. Na

medida em que o Castanhão for construído e um açude terminal já próximo das terras boas de Jaguaruana e do Apodi, o Orós vai se restringir a irrigar o trecho até Jaguaribe e transferir água para a planície do Icó. Com isso, o Orós vai viver cheio. Havendo qualquer chuva acima da média, o Orós sangra para o Castanhão, porque o Castanhão é o açude mais indicado para transferir água para o coração do Ceará, para o sertão central.

Na verdade, essa questão de não sangrar é um equívoco, que, por sinal, é também um dos mitos que se firmou no Nordeste, na cabeça das pessoas e de alguns técnicos, que falam isso pela televisão.

Claro que um açude que passa o ano todo soltando 17 metros cúbicos por segundo, quando chega no final do ano tem praticamente liberado a metade do seu volume potencial. Então, quando vem a chuva é lógico que tem de repor esse volume. Nos últimos anos, nós estamos num período de depressão; eu espero que agora comece um período positivo e logo mais a torneira do Orós não precise ser tão superutilizada.

Então, o problema é esse: primeiro, açude não precisa sangrar. A melhor sangria de um açude é pela galeria. Não sangra por cima; sangra pelo fundo do açude. A galeria é o ponto ideal para a sangria dos açudes.

Roberto Cavalcanti

O segundo inscrito, por favor.

Do auditório

Francisco, professor da Universidade Federal do Ceará. Gostaria de parabenizá-los pela brilhante exposição de todos os senhores e dirigir duas perguntas, a primeira ao Sr. Hypérides: o que tem sido feito em termos de impermeabilização da superfície, principalmente de pequenos reservatórios, a exemplo de Israel, no sentido de minimizar a questão da evaporação? E gostaria também de perguntar à Dra. Silvana o que tem sido feito pelo Banco do Nordeste no sentido de desenvolver o espírito empreendedor na área rural, especialmente mostrando outras oportunidades de maior valor agregado, de conhecer mais mercados, de ter iniciativas mais bem sucedidas, porque, como nós vimos pela

sua exposição, não é só a base física que dá a competitividade ao sistema econômico.

Roberto Cavalcanti

Dra. Silvana, por favor.

Silvana Parente

Esse é um problema que nós temos procurado atacar, primeiro fazendo articulação; porque o Banco tem toda essa ação diferenciada e essa visão, mas ele não tem em sua casa todos os instrumentos para atacar ao mesmo tempo; há também o Sebrae, a Emater, a Embrapa. Então, a partir da discussão, na base local, dessas necessidades, temos procurado viabilizar esses programas de capacitação e abrir essa visão.

Agora, diretamente, o Banco tem alguns programas de capacitação. Teve que fazer esse programa de capacitação até pela ausência de outras instituições que trabalhassem com essa visão. Nós estamos com um programa chamado Jornada do Produtor Rural, que são oficinas e seminários de dois dias, que passam toda essa noção de globalização, de mundo, de pensar, de ver mercado; é uma fase de sensibilização, não é um treinamento qualquer; é uma fase de discussão com os produtores para fazer isso. E, a partir daí, levantar realmente as demandas de capacitação dele – técnicas ou gerenciais – e remeter para programas ou trazer programas aos comitês locais; levar o Sebrae, levar a Emater ou consultorias privadas para fazer isso.

Uma outra forma com a qual temos atuado, também para colocar no campo essa visão econômica, com esses novos paradigmas, é trabalhar com os escritórios de projeto. Nós temos como parceiros as Ematers, que são um grande serviço prestado e têm realmente colaborado muito; algumas têm passado por crise institucional, de desmonte etc, mas estão se recuperando, graças a Deus, já dentro dessa nova filosofia; e nós temos trabalhado também com os profissionais liberais, ou seja, desenvolvendo o próprio mercado de serviços de consultoria – não há preconceito com relação a isso, como antes, quando só o setor público fazia assistência técnica.

Então, temos uma rede de profissionais credenciados, temos estimulado a formação desses escritórios no campo e temos realmente trabalhado com eles na construção dessa nova mentalidade, para que os projetos de financiamento

apresentados ao Banco não venham com equívocos técnicos; para que venham com visão de mercado e com a incorporação desses valores e, sobretudo, que venham numa visão integrada da cadeia e não haja análise do projeto isolado. Se o produtor vai plantar algodão, deve indicar no projeto para quem vai vender etc. Com relação à pecuária de leite, caju e todas essas cadeias produtivas que estavam em decadência, em função do esgotamento desse modelo, temos tentado recuperar com essa visão da discussão pelos atores da própria cadeia: como tratar a recuperação do caju? Tem que ter a tecnologia da Embrapa, tem que ter o crédito, mas se não tem o preço, vamos sentar todo o mundo e discutir a agregação de valor também na visão da cadeia produtiva a partir do desenvolvimento local.

Roberto Cavalcanti

Dr. Hypérides.

Hypérides Macedo

O melhor programa e o mais objetivo que nós temos para combater a evaporação é aquele de que falei: é abrir a torneira dos açudes. Transformar volumes hidrostáticos em volumes de canais. Um dos projetos mais objetivos, por exemplo, é transferir um Banabuiú, por ano, para o sertão central, através do Castanhão. Ao invés de se ter um Banabuiú parado, tem um Banabuiú andando durante 365 dias num canal, passando pelo sertão central e chegando até o Porto de Pecém. Essa é a melhor maneira de evitar a evaporação. A perda nos canais é 2%, enquanto a perda nos reservatórios é 30%. A solução é canalizar. Se pudéssemos, devíamos canalizar todos os açudes do Ceará.

Tem um açude aqui em Pacajus que evapora muito. Então, assim que chove e enche, nós transferimos para o Pacoti, porque o Pacoti é um copo fundo que perde pouco por evaporação. É melhor guardar no copo do Pacoti do que na bacia do Pacajus. Então, o gerenciamento é talvez o instrumento mais poderoso; ele ganha desses outros processos de cobrir açude de lona, botar filme molecular em cima da água. O instrumento mais poderoso para se fazer uma política mais eficiente, sinérgico, é o gerenciamento das águas territoriais.

Roberto Cavalcanti

O terceiro debatedor inscrito, por favor.

Do auditório

Professor José Alfredo Leite, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade da Paraíba. Apesar de ser só economista, eu entendi da sua exposição, secretário Hypérides, que a melhor política de águas seria aquela de coletar a água no lugar correto, apropriado, e transferi-la para o lugar adequado – até porque tanto o processo de coleta como até mesmo a transferência estariam sujeitos a um menor grau de evaporação – e finalmente a sua utilização final; tudo isso seria a melhor solução geral. Dada essa minha compreensão, eu pediria ao senhor para analisar essa proposta que existe em nível nacional de transferir água do Rio São Francisco, que é o lugar correto para mim, para o restante do Nordeste, que me parece ser um lugar apropriado.

Hypérides Macedo

A transposição é diferente. O programa do semi-árido é integração de bacias. Integração é a palavra mais correta; quer dizer: são canais reversíveis que vão suprimindo o déficit e colocando volumes armazenados estáticos em volumes dinâmicos multiplicados pelo tempo do ano todo; essa é que é a forma mais correta. Agora, o São Francisco é diferente, pois é uma transposição de fato: você está tirando de um rio, que já não perde muito – em todo rio a perda é de 5 a 10%, no máximo, pela evaporação – e você está colocando num canal.

Na transposição de bacia, você está tirando água de uma região que tem superávit para uma região que tem menos água; então, é uma transposição de bacias. Não é um programa ideal para o semi-árido. O programa que mais se enquadra no semi-árido é a integração de bacias. Muita gente chama esse programa do Ceará de transposição de bacia. Está errado. É integração de bacia. Não tem nada a ver com transposição. Transposição é a do São Francisco.

Agora, tirar água do lago de Sobradinho e colocar num canal; ou abrir mais a torneira de Sobradinho no verão e aumentar o caudal do São Francisco, para gerar mais energia em Paulo Afonso, é um gerenciamento que a CHESF vem fazendo e que, de fato, ganha com isso, porque quem mais evapora no Nordeste é o lago de Sobradinho. Então, realmente o São Francisco precisa ser bem gerenciado, para evitar perdas por evaporação. Transferir água do lago de Sobradinho talvez seja mais interessante do que tirar do próprio caudal do rio,

porque o caudal do rio já está com mínima perda, com mais eficiência. Então, é melhor tirar do lago. Por isso é que nós normalmente estamos usando muito tirar água do lago, dos açudes.

Roberto Cavalcanti

Por favor, o quarto debatedor.

Do auditório

Eduardo Bezerra, da Federação das Indústrias do Ceará. Acompanhei com atenção o otimismo do nosso pensador grego Stahis Panagides a respeito do futuro do Nordeste. Mas no meio desse otimismo vieram duas preocupações: uma delas, sobre a política agrária e, nesse particular, nós aqui, nordestinos, nos encontramos em uma cenário de uma série de idéias divergentes: algumas que, num extremo, defendem a agricultura familiar até mesmo em ambiente de sequeiro e, de outro lado, aqueles que defendem uma agricultura empresarial, de larga escala e tudo o mais.

Como não é fácil, para nós, trazermos um pensador grego até Fortaleza, eu gostaria muito de ouvir o que o nosso expositor Stahis Panagides tem, em termos de idéia, quanto a uma política agrária que seja conveniente para nós.

Stahis Panagides

O Dr. Eduardo Bezerra, profundo conhecedor dos estudos clássicos, sabe que a primeira reforma agrária, se não me engano, foi com Licurgo, na Ática clássica, e foi um grande sucesso para acabar com a plutocracia. Não sei se podemos aplicar a mesma lei aqui, mas, como você sabe, o Brasil e o Nordeste estão no meio de um debate sobre esse assunto. Eu queria só alertar o problema disso no Nordeste, no semi-árido, porque as terras irrigadas vão se valorizar muito, realmente, e isso vai tornar o problema mais agudo.

Acho que estamos caminhando para uma coexistência do pequeno e do grande complexo agroindustrial moderno, não feudal. No Ceará, já existem programas desse tipo, onde o grande complexo agroindustrial se associa, se relaciona economicamente com o familiar; onde você internaliza certas

economias, principalmente no marketing de produtos. Esse seria o modelo para o qual se está caminhando nesse caso.

Outra tendência que você como estudioso do projeto Áridas sabe é que, de um lado, o problema agrário está se agravando; mas, por outro lado, há diminuição da população rural e queda do crescimento demográfico, que foi realmente muito expressiva no Nordeste, de quase 3% para 1,5% por ano. Isso torna mais fácil a solução de problemas do tipo mercado de terra, porque a pressão está diminuindo desse lado.

Enfim, para terminar, temos que rever os modelos tradicionais de expropriação; temos que aceitar (aceitar no sentido de conviver com elas) certas heranças históricas, que levem o pequeno e o grande a procurar formas de coexistência; e para chegar no que acho mais importante, que eu queria transmitir nos meus comentários: acho que a sociedade brasileira está amadurecendo como sociedade, como sistema aberto de participação da sociedade civil e governo, descentralização dos Estados; e eu fico otimista porque encontro a sociedade muito mais capaz para enfrentar um problema tão grave potencialmente. Mas eu gostaria de passar essa mesma pergunta, também, à pessoa que define essas coisas, que é o Dr. Hypérides.

Hypérides Macedo

O governo do estado vem procurando estabelecer uma coexistência, de que ele falou, a âncora empresarial, e está tentando inclusive dois modelos. No Castanhão, vai-se tentar uma âncora de gestão que não é empresa de produção, é uma empresa de gerenciamento, para transformar a propriedade familiar numa empresa. Isso porque o Castanhão tem um projeto de reassentamento social, que o governador até já autorizou; a segunda experiência é a âncora empresarial, que tem a comercialização, a tecnologia e trabalham em torno dela pequenos produtores. Então, cada um dos grandes projetos – Tabuleiro de Russas, que acaba de passar para o Estado, e naturalmente o Baixo Acaraú – vai utilizar esse modelo: a empresa âncora e a reserva social.

Não é um modelo igual a Petrolina. É um pouco diferente. Petrolina foi a convivência da grande empresa com o colono. De fato, funcionou até certo ponto porque criou também essa junção do mercado, da economia de mercado, em que

o grande serve de guarda-chuva para o pequeno, para o excedente do pequeno. Então lá, sem querer também, esse processo funcionou. É até inspirado nesse modelo de Petrolina que se organizou a âncora empresarial e a reserva social, porque a irrigação pública tem que também ter um caráter social. Não é uma indústria para resolver problema social. Também não é uma indústria para combater miséria, como se fez no passado, o que é um equívoco. A irrigação é uma indústria sofisticada, cujo produto é um ser vivo. Então, não pode ser considerada uma indústria comum.

Esse modelo já está sendo testado, está na nossa lei e nós vamos tentar: âncora empresarial e reserva social e a âncora de gestão para transformar a propriedade familiar numa empresa. São essas as duas experiências que o Ceará vai fazer. E vai fazer uma terceira, também, através do Sindifruta, que é colocar antigos projetos que foram colonizados e que são ineficientes e dar uma oportunidade a um conjunto de pequenas empresas de fazer uma alavancagem, aproveitando a reserva social, treinando. Essa é a terceira experiência. De qualquer maneira, essas três etapas vão começar agora no Ceará, ainda antes do final do ano.

Roberto Cavalcanti

Obrigado. Mais alguma indagação da parte do auditório?

Do auditório

Professor Tarcisio Leite. Eu queria dirigir perguntas à professora responsável pela exposição, que trabalha no Banco do Nordeste, pois nós, que atuamos como técnico (já tivemos oportunidade de trabalhar em agência de desenvolvimento, quer regional, quer municipal), e chegamos a certa idade, ficamos preocupados, sobretudo quando se trata, por exemplo, de uma agência de desenvolvimento regional, que é o Banco do Nordeste, que financia essas políticas de desenvolvimento. Eu pergunto à professora: há no Banco do Nordeste, realmente, um órgão que avalie o retorno desses investimentos que são feitos para desenvolver a Região, quer no sentido global, ou no sentido local ou regional?

Uma segunda pergunta: existe uma divergência tremenda nessas taxas de cálculo de desenvolvimento e crescimento econômico na Região; há várias agências, nacionais ou regionais, que tratam do cálculo desses índices, e quando vamos procurar, por exemplo, o índice de crescimento econômico da Região, temos o pessoal do IPEA com um índice diferente do pessoal da Região, da Sudene e mesmo do Iplance, do estado do Ceará. Será que o Banco do Nordeste já pensou também em ter, por exemplo, uma agência que possa continuar a trabalhar em cima desses índices, para uniformizá-los ou unificá-los? Obrigado.

Silvana Parente

Essa questão da avaliação é um problema de todas as políticas públicas, em toda a história; sejam políticas de incentivos ou políticas sociais, sempre se traçam e se executam as políticas e se deixa a avaliação para os outros. Isso ocorre em todas as esferas. O que nós temos tentado, conscientes disso, é buscar fazer uma avaliação preventiva; quer dizer, temos tentado trabalhar o processo antes, pois depois que acontece não adianta. Nós fazemos avaliações periódicas, de tempos em tempos, mais macro, mais profundas, usando metodologias mais científicas (aí se contratam universidades, professores); mas nós temos procurado trabalhar na avaliação em processo, desde que o projeto chega no Banco.

Então, quando os projetos chegam no Banco, passam pela Central de Análise, passam pela visita de técnico de campo, tentando já fazer essa análise qualitativa; depois fazemos a monitoração de campo, também ainda na execução, tentando ver ou corrigir, quando ainda é possível corrigir algumas distorções; e, por último, também temos uma avaliação mais financeira, que na realidade é o final – pagou ou não pagou. Se não pagou, teve insucesso (isso, se não pagou por má fé, é claro, mas em geral as pessoas não deixam de pagar por má fé).

Também temos um banco de dados em cima dos próprios casos de insucesso, da inadimplência e das suas causas, para saber se foi uma causa setorial ou se foi um problema isolado, porque isso também alimenta um pouco a reflexão sobre o que dá certo e o que não dá certo; mas a avaliação *ex post* só fazemos periodicamente, com relação a alguns programas. Por exemplo, está sendo feita agora a avaliação do Proger, que é um programa que não é só do Banco do Nordeste; é executado também pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica; há uma equipe toda trabalhando nessa avaliação. Do FNE, nós fizemos há dois anos uma grande avaliação, com relação aos cinco anos do FNE; e fazemos também algumas avaliações amostrais, por exemplo, em cima de algumas localidades onde se detecta algum problema. Essa é a forma como temos trabalhado com a avaliação. Tentar ver o processo antes, até para dar tempo de corrigir, e apenas periodicamente fazer uma avaliação mais profunda, mais macro, vamos assim dizer, de impacto da política.

Sobre os indicadores de desenvolvimento, nessa nova concepção que estamos trabalhando, do enfoque do local, temos sentido muito que não há uma

base de informações municipais. O ETENE está montando um banco de dados, em cima das estatísticas que existem, do País, pois o Banco não tem capacidade de produzir estatísticas medindo o emprego em cada município, medindo indicador social; temos procurado puxar das bases de dados do País essas informações. E temos apresentado ao IPEA e ao IBGE essa demanda, ou seja: vamos desenvolver novos indicadores, inclusive indicadores que reflitam essa nova prática social, pois a qualidade de vida não é mais medida só pelo PIB. Existe uma série de indicadores novos. O PNUD também está trabalhando conosco nesse projeto, pensando que indicadores de desenvolvimento, que meçam a qualidade de vida, nós precisamos ter; e que base de informações é preciso ter para obter esses indicadores.

Eu acho que você tem razão: precisamos avançar muito nesse aspecto dos novos indicadores de desenvolvimento social, principalmente puxando para a base local; e eu acho que o Banco pode ajudar nisso. O ETENE já tem se articulado com alguns desses organismos, colocado essa demanda em preocupação, mas ainda não temos resposta para isso.

Roberto Cavalcanti

Mais alguma pergunta?

Do auditório

Professor Sales, da UFC. Dra. Silvana, com relação à sua segunda reflexão, eu não concordo muito quando você fala do programa de estabilização do governo, que trouxe um elemento positivo, que foi aumentar a demanda efetiva; é claro que isso aí é correto. Agora, com relação à questão do desemprego, eu acho que essa visão é um pouco estreita, porque o desemprego, se a gente for analisar, não é um problema *made in* Brasil. O desemprego é um problema de mudança tecnológica (tem esse lado), e o desemprego aqui aumentou também, a partir de outubro do ano passado, por conta da crise asiática. Então, eu acho que não pode ser dado ao programa de estabilização, por si só, esse fator negativo de ter aumentado o desemprego na economia.

Outro fator importante é o seguinte: a estabilização econômica é muito importante para exigir que o setor empresarial vá buscar formar a renda dele do

lado operacional; você tem que melhorar a produtividade, para competir e se manter vivo no mercado. Isso é um mérito da política de estabilização econômica. Como isso é importante para mim? Como consumidor, porque eu tenho um produto de boa qualidade, por um preço menor. Isso vai exigir – se você pegar aquela sua idéia da questão da educação – investimento maior em termos de educação; é isso que vai dar a ele, em conjunto com outros fatores, capacidade de se manter no mercado.

Ou seja: se a gente for analisar, o fator negativo que você falou anteriormente, de desemprego, não pode ser colocado como um dos elementos do programa de estabilização econômica. Basta ver dois setores importantes, o automobilístico, que tem que ser enxugado em termos de capital humano, é muito inchado em termos de quantidade de capital; e o setor bancário. E só quem vai ganhar com isso é a gente, como consumidor, e é essa estabilidade que dá essa exigência maior em termos de capital humano e produtividade.

Silvana Parente

Está correto. Só há um ajuste que eu queria fazer. Quando eu disse fator negativo, eu falei dois movimentos: positivo e negativo; positivo do ajuste, da eficiência de custos, produtos mais baratos e as pessoas consumindo mais, com aumento da renda real; tudo isso positivo. O fator negativo que eu falei é que, para conseguirmos a estabilização, nós tivemos que passar por ajustes tremendos: altas taxas de juros, que têm um impacto diferenciado e não homogêneo nos ajustes das empresas; empresas que estavam endividadas, empresas que precisavam se reestruturar, e a própria abertura da economia afetou o modo como as empresas se reestruturam. Claro que o desemprego tecnológico não é só tecnológico, pela própria necessidade de reestruturação.

Então, os fatores positivos são esses aí que você falou, e eu concordo. Os fatores negativos são indiretos. Quer dizer, para se conseguir a estabilização, nós tivemos que passar por todos esses ajustes, do mesmo jeito que as empresas tiveram que se ajustar ou desempregar para sobreviver.

Mas a questão do emprego é uma coisa muito mais complexa; quer dizer, o aumento das taxas de desemprego, agora, deve-se muito mais a esses fatores conjunturais e não à estabilidade. Agora, nós estamos é mudando o perfil do emprego. A questão da empregabilidade, a reconversão, tudo isso gera esse

movimento no emprego, que é cedo para se dizer o resultado, porque a economia está crescendo (está contida por causa dos ajustes externos, mas está crescendo) e nós temos condições de resolver esse problema do emprego através da reconversão e desse movimento. Não sou pessimista, de achar que o desemprego está grande e que não tem solução. Muito pelo contrário. Eu acho que estamos passando por uma fase de ajuste e temos tudo para encontrar as nossas soluções próprias para o emprego.

Roberto Cavalcanti

Obrigado, Dra. Silvana. Senhoras e senhores, estamos chegando ao final deste painel. Creio que foi uma discussão extremamente interessante; partimos de duas competentes exposições, uma que destaca um fator determinante realmente do fortalecimento da estrutura produtiva do semi-árido, que é o fator hídrico, e outra da Dra. Silvana, que destaca um outro fator relevante, que é o homem como agente do processo mesmo de criação produtiva, do processo mesmo de desenvolvimento. São dois fatores básicos aqui destacados e terminamos com o que eu diria a elegia do Panagides. O seu apreço e o seu amor pelo Brasil, pelo Nordeste e pelo Ceará, como sei, não justificam o seu entusiasmo. Ele tem uma dose de desejo e de paixão, mas tem certamente uma dose de razão. E esse é o ideal grego de conjuminar, unir, ligar, desejo e razão, para que a ação se torne ao mesmo tempo eficiente, eficaz, desejável e prazerosa. Isto, na verdade, é o que se busca com o trabalho, com o desenvolvimento, com a tecnologia, com o esforço que se faz para mudar o mundo e as pessoas. Mais uma vez eu agradeço em nome dos organizadores deste fórum as presenças do secretário Macedo, da Silvana, do amigo Panagides e de todos os senhores, e já menciono que a próxima sessão se dará em seguida. Está encerrado o painel, muito grato.